

14967- A organização da agricultura familiar e a política governamental do Programa Nacional de Alimentação Escolar: o caso de Pedro Canário, Espírito Santo.

The family-based agriculture organization and the government national politics for school nutrition: the case of Pedro Canário, Espírito Santo.

AOKI, Pierângeli¹; FONTES, Luciléia¹, AMORIM, Bruno¹, SALAGADO, José Sergio¹

Incaper, pieraoki@gmail.com , lucileia.tecsocial@gmail.com , bruno.tecsocial@gmail.com , josesergio@incaper.es.gov.br

Resumo

A experiência ocorreu em Pedro Canário, Norte do estado do Espírito Santo e foi motivada pela fragilidade da comercialização dos produtos da agricultura familiar para o mercado institucional. Técnicos do projeto Tecsocial, na perspectiva de articular, organizar, formar e informar as organizações associativas municipais sobre a Lei 11947/09 do PNAE, apoiaram a formação de uma comissão municipal, composta por representantes das associações de agricultores familiares, da prefeitura municipal, Incaper e sociedade civil organizada. Nove associações formais e dois grupos informais foram identificados, sendo que não participaram da Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar de Pedro Canário, apenas quatro associações que não se sentiram preparadas. Esse fato foi um avanço para a agricultura familiar local, mas ainda no contexto de gestão organizacional, as associações continuam frágeis e muito dependentes do poder público local.

Palavras-Chave: comercialização direta; política pública; PNAE; tecnologia social; empoderamento.

Abstract

The experience took place in Pedro Canario, North of the State of Espirito Santo and was motivated by the fragility of family agriculture products marketing for the institutional market. Project Tecsocial's technical, in order to coordinate, organize, train and inform the municipal associations on the law 11947/99 of PNAE, supported the formation of a City Commission, composed of representatives of associations of farmers, municipal administration, Incaper and organised civil society. Nine formal associations and two informal groups were identified, and did not participate in the public call for the purchase of foodstuff of the family farm to school feeding Pedro Canario, only four associations which do not feel prepared. This was a breakthrough for local family farming, but still, in the context of organizational management associations are still fragile and very dependent on the local government.

Keywords: direct marketing; public policy, PNAE; social technology; empowerment.

Contexto

Como a comercialização é o maior entrave da atividade agropecuária capixaba, propôs-se desenvolver atividades focadas na implantação da Lei 11.947/09 do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o qual garante a inserção dos produtos da agricultura familiar na alimentação escolar de todo país, dispensando o processo licitatório. Via chamada pública, instrumento da administração pública, os gêneros alimentícios dos produtores familiares estão sendo comprados com recursos federais para atenderem às demandas de todas as escolas públicas

brasileiras. Assim, abriu-se um canal de comercialização de extrema importância para o meio rural, aquícola e pesqueiro.

Aliado à questão de geração de renda e inclusão produtiva, promovidas pelo programa, este também garante a segurança alimentar e nutricional de quem produz e de quem consome os gêneros alimentícios, nesse caso, o alunado. Vale ressaltar que para participar das chamadas públicas, o produtor tem que estar documentado e seus produtos, se processados, precisam estar devidamente legalizados conforme as exigências sanitárias. Suas organizações sociais, precisam estar com todas as documentações corretas e com suas vigências dentro dos prazos exigidos.

Assim, o projeto Estruturação e Fortalecimento dos Setores Produtivos da Agricultura Familiar – Tecsocial, executado pela Coordenação Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper iniciou suas atividades de extensão rural e pesquisa social em 2011 nos territórios rurais do Norte do Espírito Santo e, propõe identificar, adequar e reaplicar tecnologias sociais que abranjam o fortalecimento das organizações associativas dos agricultores familiares e comunidades tradicionais. Também, a agregação de valor e a comercialização direta de seus produtos em mercados diferenciados e o incentivo da diversificação de culturas, produção agroecológica, questões de gênero, geração e economia solidária.

O projeto Tecsocial com o apoio da Articulação Estadual da Rede Temática de Comercialização de Produtos e Serviços da Agricultura Familiar do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, busca pelo empoderamento de seus beneficiários para que estejam aptos a acessarem essa política pública de apoio à comercialização dos produtos da agricultura familiar.

Com esse cenário e conhecendo as realidades dos municípios do Norte capixaba, área de atuação do Tecsocial, verificou-se que em Pedro Canário, apesar de inúmeras intervenções junto aos gestores públicos e agricultores familiares e, da base econômica local estar embasada na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária, a Lei 11.947/09 não havia sido implantada até o ano de 2012. Assim, resolveu-se utilizar essa realidade como um laboratório e uma estratégia interinstitucional elaborada pelo projeto Tecsocial foi implantada no município e está sendo executada pela sua equipe multidisciplinar com apoio de parceiros.

Descrição da experiência

A experiência relatada aconteceu no município de Pedro Canário, Norte do estado do Espírito Santo e foi iniciada em setembro de 2012, motivada pela fragilidade da comercialização dos produtos da agricultura familiar para o PNAE e pela não realização de nenhuma chamada pública para aquisição de gêneros alimentícios, apesar dos inúmeros eventos e reuniões ocorridos anteriormente. Propôs-se então, verificar as razões da ausência da internalização dos procedimentos por parte dos atores sociais envolvidos no processo.

Foram realizados levantamentos primários e secundários, mobilizações das associações formais existentes e dos grupos informais em condições de atender a demanda do município da alimentação escolar. Para tanto, foi adequada e implantada pela equipe do Tecsocial uma estratégia interinstitucional que dissemina informações e oportuniza formações continuadas para agricultores familiares, agentes de desenvolvimento rural e gestores públicos, aliada as articulações com

instituições públicas e da sociedade civil organizada, focadas na execução da Lei 11.947/09 do PNAE.

Com essa articulação estruturada e com a participação ativa da Coordenação Estadual de Comercialização da Agricultura Familiar do Incaper, da Articulação Estadual da Rede Temática de Comercialização de Produtos e Serviços da Agricultura Familiar do MDA e da Coordenação do projeto Tecsocial, metodologias participativas foram empregadas e, diagnósticos rápidos participativos – DRPs, palestras e oficinas foram realizados envolvendo as representações dos agricultores familiares, técnicos e gestores públicos.

Com a estratégia interinstitucional implantada organizou-se uma comissão de apoio ao PNAE, composta por representantes das Secretarias Municipais de Agricultura, Educação, Saúde e Finanças, de seus setores da Alimentação Escolar, Licitação, Compras e Vigilância Sanitária, do Conselho de Alimentação Escolar e do Incaper local. Assim, reuniões e encontros foram realizados mediados pelos técnicos do Tecsocial e propostas foram sendo construídas em conjunto com representantes da agricultura familiar local, para mitigar os problemas identificados e levantar todas as demandas e ofertas de produtos para a alimentação escolar do município.

Todas as informações sobre as documentações necessárias das associações, grupos informais e dos agricultores para fazerem jus ao processo de comercialização oferecido pelo PNAE foram repassadas.

Resultados

Nove associações formais e dois grupos informais foram identificados, totalizando aproximadamente 230 agricultores, com uma produção diversificada e em condições de atender a demanda da alimentação escolar local. Desse total, quatro associações não se sentiram aptas a participarem dessa primeira chamada pública. Os agricultores familiares envolvidos apresentaram suas potencialidades de produção listando todos os seus produtos disponíveis, época de safra, quantitativo e a qualidade do produto e, essas foram repassadas aos responsáveis pela alimentação escolar do município. A listagem de produtos foi analisada pela nutricionista da prefeitura, que adaptou o cardápio mediante as informações apresentadas e a chamada pública foi sendo composta com os produtos primordiais para alimentação e nutrição dos alunos.

Os projetos de venda das organizações associativas formais e informais foram elaborados e as quantidades de produtos ofertadas foram rateadas entre os produtores para não serem concorrentes uns dos outros. No entanto de acordo com a potencialidade de cada grupo associativo eles mesmos chegaram ao consenso da quantidade e quais os produtos seriam viáveis ao fornecimento. Dois grupos informais também apresentam interesse, para tanto os grupos informais foram contemplados com os produtos que não foram ofertados pelos grupos formais.

Sendo assim o Grupo Mulheres do Beiju reconhecido nacionalmente pelo Prêmio Mulheres que Produzem um Brasil Sustentável foram contempladas com produtos derivados da mandioca, que com o auxílio de técnicos do Tecsocial orientou-as na elaboração do projeto de vendas no valor de R\$11.500,00. As intervenções com o grupo foram iniciadas em janeiro de 2012, com oficinas de boas práticas de fabricação; custo de produção e formação de preço; valores nutricionais, rotulagem,

conservação e apresentação dos produtos. Com objetivo de agregar valor ao produto e abrir novos canais de comercialização iniciou-se o trabalho junto à vigilância sanitária para a adequação da agroindústria familiar de pequeno porte de fabricação de beiju. Todos os trabalhos envolvendo o grupo cominou com o processo de comercialização na modalidade PNAE.

Entre os sete grupos formais e informais 39 famílias rurais do município de Pedro Canário passaram a ter uma renda extra com a comercialização de produtos da Agricultura Familiar com garantia de preço justo. A previsão de entrega para a primeira chamada pública é para o início do mês de agosto até dezembro de 2013, totalizando R\$ 181.850,00.

Após as intervenções de técnicos do Projeto Tecsocial todas as associações do município procuraram o Incaper para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Jurídica. Um total de nove DAPs Jurídicas foram emitidas e o projeto Tecsocial se tornou referência no como articulador do PNAE e como resultado, as informações da primeira chamada pública:

Instituições	Valor projeto de venda (R\$)
Amutraca - Associação Mulheres Trabalhadoras Rurais do Assentamento Castro Alves	22.250,00
Apr - Associação dos Produtores Rurais de Pedro Canário e Região	63.640,00
Aafa - Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos do Assentamento Castro Alves	5.910,00
Associação Beneficiante Cultural de Agricultores de Cristal do Norte	39.980,00
Apace - Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego do Engano	34.780,00
Grupo Informal – Mulheres do Beiju	11.500,00
Grupo Informal – Produtos Da Terra	3.790,00
TOTAL	181.850,00
Instituições	Número de Agricultores (famílias)
Amutraca - Associação Mulheres Trabalhadoras Rurais do Assentamento Castro Alves	17
Apr - Associação dos Produtores Rurais de Pedro Canário e Região	5
Aafa - Associação dos Agricultores Familiares Agroecológicos do Assentamento Castro Alves	4

Associação Beneficiente Cultural de Agricultores de Cristal do Norte	5
Apace - Associação dos Pequenos Agricultores do Córrego do Engano	6
Grupo Informal – Mulheres do Beiju	3
Grupo Informal – Produtos Da Terra	3
TOTAL	39

Conclusões

Transformações sociais foram observadas em Pedro Canário advindas da valorização dos produtos locais da agricultura familiar e, da credibilidade para com o poder público municipal por parte dos (as) agricultores(as) quando conquistaram um espaço decisório no mercado institucional local. Assim, o projeto Tecsocial virou uma referência no município em relação ao PNAE, pois efetivou sua estratégia interinstitucional de apoio ao programa e beneficiou 39 famílias de agricultores familiares.

A Lei do PNAE não tinha sido implantada em relação à instabilidade política do município, que por várias vezes teve seus prefeitos presos ou afastados por improbidades administrativas. Agravado a essas questões, o assistencialismo é imperativo entre os agricultores familiares, o que os tornam totalmente dependentes do poder público. Com a estratégia interinstitucional implantada e adequada ao município, os agricultores estão empoderados e com autonomia para acessarem ao PNAE e outros programas governamentais.

Agradecimentos

Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho – SECTTI; Ministério de Ciência e Tecnologia – MCT; da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; Articulação Estadual da Rede Temática de Comercialização de Produtos e Serviços da Agricultura Familiar do MDA; Prefeitura Municipal de Pedro Canário; Escritório Local de Desenvolvimento Rural – ELDR do Incaper de Pedro Canário e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pedro Canário.